

## Não há escolha' entre renda e patrimônio

*Gabriel Zucman, autor da proposta de taxar em 2% fortunas de mais de US\$ 1 bi no G20, projeta receita de US 500 bilhões ao ano com medida*

*Gabriel Zucman entrevistado por Vivian Oswald*

*Valor, 19/04/2024*

Tributar bilionários e grandes multinacionais é tarefa moral, econômica e política, na avaliação do diretor do Observatório Fiscal Europeu, Gabriel Zucman, para quem é também forma de proteger as democracias. Apontado como “guru tributário” do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o economista francês de 37 anos se desvencilha da alcunha por se considerar jovem demais. Zucman foi um dos idealizadores de plano de imposto sobre grandes riquezas da campanha presidencial da senadora americana Elizabeth Warren em 2020.

Nesta entrevista, ele defende não apenas a criação de imposto mínimo de 2% sobre a fortuna de pessoas com patrimônio superior a US\$ 1 bilhão, mas também o aumento da atual alíquota de 15% para 20% aplicada às grande multinacionais. Juntas, segundo ele, as duas medidas arrecadariam pelo menos US\$ 500 bilhões ao ano. As propostas foram apresentadas a ministros de Finanças no G20.

*Em fevereiro, a convite do Ministério da Fazenda, o senhor apresentou aos países do G20 proposta de tributação das grandes riquezas. Quais são elas?*

**Gabriel Zucman:** O ponto de partida são os super-ricos, que têm US\$ 1 bilhão, sobre o qual incidem alíquotas de impostos significativamente mais baixas que as que pagam outras categorias sociais. Uma série de estudos confirma esse fato em vários países, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, levando em conta todas as contribuições obrigatórias, todos os impostos.

*Por que isso é assim?*

**Zucman:** Os ultra-ricos têm tudo planejado. Quando se é extremamente rico, é muito fácil estruturar o patrimônio de forma que gere pouco ou nenhum lucro tributável. A noção de rendimento não está muito bem definida em se tratando dos muito ricos. É precisamente assim que conseguem evitar o imposto sobre o rendimento, de modo que taxar a fortuna é algo mais bem definido. Em 2021, a mídia americana revelou que durante vários anos bilionários como Jeff Bezos (Amazon), Elon Musk (Tesla e X) pagaram zero ou quase zero de imposto de renda. Pesquisas acadêmicas têm mostrado que o fenômeno vai muito além de casos isolados. É uma realidade global.

Quando se é extremamente rico, é muito fácil estruturar o patrimônio de forma que gere pouco ou nenhum lucro tributável”

*Como funcionaria sua proposta?*

**Zucman:** É muito simples. Consiste em criar um imposto mínimo sobre os ultra-ricos igual a 2% de sua fortuna por ano. Se um bilionário paga hoje muito imposto de renda, e isso existe, embora seja raro, não teria que pagar nada a mais. Mas, se alguém como Jeff Bezos, Elon Musk e muitos outros pagam zero sobre a renda, teria de pagar imposto igual a 2% da fortuna. Se o patrimônio for de US\$ 100 bilhões, em vez de pagar zero, recolheria US\$ 2 bilhões.

*O contribuinte poderia escolher entre renda e patrimônio?*

**Zucman:** Não há escolha. Há um percentual mínimo. Zero é muito pouco. Continuamos tratando de renda. Mas o imposto sobre renda não pode ficar abaixo de pelo menos 2% da fortuna. Se isso ocorrer, eles pagariam um complemento. As classes média e média alta pagam imposto de renda, até classes trabalhadoras pagam contribuições para a seguridade. Todos pagam muitos impostos. É totalmente absurdo que grandes fortunas possam escapar.

*Como calcular esse patrimônio?*

**Zucman:** São todos os ativos que você possui pelo valor de mercado, descontadas as dívidas. Essa foi a proposta que formulei em São Paulo, quando fui convidado para a reunião dos ministros de Finanças do G20 pelo Brasil, que realmente tem desempenhado papel determinante.

*Como ter acesso a esses dados? Há milionários que abrem empresas em paraísos fiscais sob o nome de Jesus Cristo (e isso aconteceu de fato), segundo estudos, e não é possível rastrear o real proprietário...*

**Zucman:** Excelente questão. Sim, estamos interessados em bilionários. Minha proposta é um imposto sobre quem tem US\$ 1 bilhão, caso de mais ou menos 3 mil pessoas. Isso é muito importante por se tratar de um grupo pequeno. São muito poucos, mas têm US\$ 12 trilhões, US\$ 13 trilhões de patrimônio. A maior parte da fortuna, cerca de 60%, está em ações de empresas listadas em bolsa. É muito simples de avaliar. Há um preço de mercado.

*E o restante?*

**Zucman:** Outra grande parcela são participações em sociedades privadas, não cotadas em bolsa. Aí é um pouco mais difícil, mas não chega ser complicado. Essas empresas privadas não listadas em bolsa são muito grandes. Os proprietários são bilionários. Temos como mensurá-las em comparação com empresas equivalentes cotadas. Assim, cobrimos quase toda

a fortuna. Também existem coisas como quadros, contas bancárias, etc. que não são percentuais tão grandes do patrimônio. Mesmo nestes casos é possível calcular. Em geral, são segurados por determinado valor. Podemos usar essa informação para avaliar os ativos.

*Uma alíquota de 2% é suficiente?*

**Zucman:** É claro que podemos debater o nível justo de progressividade fiscal. É uma questão complexa. Mas imagino que todos ou quase todos concordam que a situação em que contribuintes com maior capacidade contributiva pagam menos é insustentável e injustificável.

*Aprovar esse tributo é factível?*

**Zucman:** É a maneira mais simples. Durante muito tempo havia um sentimento de impotência em quase todo o mundo. Pesquisas mostram que a grande maioria dos eleitores, no Brasil, França, Estados Unidos quer tributação maior sobre os muito ricos. Ao mesmo tempo, muitas pessoas pensam que somos impotentes, porque, se tentarmos tributá-los, eles podem ir para um paraíso fiscal. O que mudou, fundamentalmente, foi o que ocorreu em 2021, quando 140 países assinaram o acordo internacional para tributação mínima de 15% sobre multinacionais. Pela primeira vez, um acordo internacional criava limite mínimo para o imposto. Dado o problema e as soluções que já encontramos para multinacionais, mais lógico seria dizer: “agora vamos criar um imposto mínimo para os ultra-ricos, um imposto mínimo comum”.

*Paraísos fiscais ainda não são totalmente transparentes. E não são único ponto de fuga.*

**Zucman:** Pois é, você tem razão. Mas que devemos olhar outro grande sucesso da cooperação internacional da última década: o intercâmbio automático de informações bancárias. Desde 2017, mais de uma centena de países, inclusive os principais paraísos fiscais, como Ilhas Cayman e Suíça, trocam informações automaticamente com administrações fiscais estrangeiras relevantes. Se um rico brasileiro tiver conta na Suíça, a administração tributária suíça, o banco suíço, vai informar a administração tributária brasileira automaticamente. Isso não resolve todos os problemas. Não estou dizendo que bancos, banqueiros, cooperam de forma perfeitamente honesta, mas já é muito diferente de há dez anos.

*Antes era preciso uma suspeita.*

**Zucman:** Agora é automático. É isso que é essencial. Durante muito tempo não houve troca de informações, ou havia de formas muito limitadas, porque era preciso ter suspeita de fraude fiscal. Desde 2018 é muito diferente. Os bancos são obrigados, automaticamente, de acordo com a legislação, a fornecer anualmente a lista completa de clientes, o total de ativos, dos rendimentos.

*Ainda seria um valor aproximado.*

**Zucman:** Poderia ser muito preciso, principalmente porque são apenas 3 mil contribuintes. Com todas as informações, com as capacidades de análise e processamento das administrações fiscais, especialmente quando lidam com uma população tão pequena, pode-se ter uma estimativa confiável.

*Para essa tributação de bilionários deve-se chegar a acordo semelhante?*

**Zucman:** É melhor ter um acordo internacional, em que o maior número possível de países se comprometa a aplicar o tributo. Mas não é indispensável. Tomemos a tributação mínima das multinacionais em 15%. Esse acordo não foi ratificado por todos os países. Estados Unidos e China não o ratificaram. No entanto, o acordo existe e vai funcionar assim mesmo.

*Por quê?*

**Zucman:** Há cláusulas que autorizam países que fazem parte do acordo a sobretaxar multinacionais de nações que não o aplicam, de modo que sigam sujeitas à taxa efetiva de imposto de pelo menos 15%. Como isso já existe para multinacionais, poderíamos aplicar a mesma lógica aos bilionários.

*Se a pessoa paga impostos no Brasil, mas se muda para os Emirados Árabes, ainda poderia ser taxada no Brasil caso o tributo não chegue a 2%?*

**Zucman:** Exato. A pessoa ou empresas que ela tenha no Brasil seriam taxadas para compensar.

*Isso não criaria espaço para protecionismo ou que países penalizem pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras?*

**Zucman:** Sou um grande defensor da cooperação internacional. O objetivo é criar novas formas de cooperação e harmonização internacional, o oposto de protecionismo. Mas para que a cooperação internacional funcione é preciso haver mecanismos para incentivar a adesão aos acordos. O mecanismo mais poderoso para os incentivar é dizer: “Olhem, se não aderirem a este acordo, vamos cobrar os impostos que vocês decidirem não cobrar”.

*O sr. não teme ser acusado de comunista ou algo do gênero?*

**Zucman:** No comunismo, 100% da fortuna pertenceria ao Estado. Hoje é zero para os ultraricos. Minha proposta é passar de zero para 2%. Estamos muito, muito longe do comunismo.

*Qual o potencial de arrecadação do imposto mínimo para bilionários?*

**Zucman:** US\$ 250 bilhões por ano é a estimativa a que chegamos no relatório global sobre evasão fiscal 2024 do Observatório Fiscal que dirijo. Uma receita tributária bastante substancial. De acordo com os melhores estudos disponíveis, países em desenvolvimento precisam de US\$ 500 bilhões de receita fiscal adicional para enfrentar os desafios das alterações climáticas.

*Anos atrás discutiu-se a criação da taxa Tobin. Por que sua proposta pode dar certo, se a outra não deu?*

**Zucman:** É muito diferente. O imposto que proponho tem alvo claro: 3 mil pessoas. É um imposto muito progressivo. A taxa Tobin era sobre transações financeiras, indireta.

*O ministro Haddad é grande entusiasta da sua proposta. Ela pode avançar no G20?*

**Zucman:** Há uma janela de oportunidade. A ideia é perfeitamente lógica. E porque existe uma exigência popular, democrática, muito forte de medidas dessa natureza. Pesquisas em todos os países mostram que a grande maioria da população, 60%, 70% das pessoas, é a favor desse tipo de medida. Tem a vontade do Brasil, que é muito importante. No G20, a taxa das grandes fortunas nunca tinha sido discutida.

*Do ponto de vista moral, talvez não possam recusar-se a discutir.*

**Zucman:** É uma discussão moral, econômica e política. É central para o futuro da globalização. Se a globalização for acompanhada por um sistema fiscal cada vez mais injusto, em que grandes ganhadores, maiores fortunas, pagam cada vez menos e o resto da população deve pagar mais, isso não é sustentável.

*Há muitas discussões sobre o futuro da globalização como modelo. O sr. sugere correção no modelo atual?*

**Zucman:** Existe toda uma gama possível de regulação possível. A globalização não é monolítica, é o que fazemos dela. Fizemos escolhas desde a década de 1980. E a escolha pela não regulamentação fiscal e a não regulação das desigualdades criadas pela globalização. Temos um monte de tratados internacionais sobre livre-comércio, por exemplo. Mas eles são completamente omissos em questões fiscais. Defendo uma nova forma de regulação que coloque no seu cerne a luta contra as desigualdades, a justiça econômica e fiscal.

*O sr. defende o aumento dos impostos sobre as multinacionais. Isso pode ser feito, existe espaço?*

**Zucman:** Não só podemos, como temos de fazê-lo, porque, 15% são mais do que zero, foi um passo na direção certa, mas este valor continua a ser demasiado baixo, dado que a taxa normal de imposto sobre as sociedades é muito superior a 15%. Não há razão para que

grandes multinacionais possam pagar menos que empresas nacionais, pequenas empresas, empresas familiares. Podemos partir do atual acordo para, digamos, aumentar a alíquota para 20% ou 25%. No relatório global sobre evasão fiscal, estima-se que, se a alíquota fosse para 20%, o que ainda seria uma taxa moderada - e nos livrássemos das diferentes lacunas fiscais e das diferentes isenções -, arrecadaríamos mais US\$ 250 bilhões. Com duas medidas, chegaríamos aos US\$ 500 bilhões necessários para o clima.

*Financiar questões globais.*

**Zucman:** Não vamos resolver todos os problemas do planeta, do capitalismo, ou a pobreza, com US\$ 500 bilhões. Mas é um grande passo na direção certa.

*O sr. volta ao Brasil em breve? Dizem que é o guru do ministro Haddad.*

**Zucman:** Eu não diria isso. Sou jovem [risos]. Mas voltarei ao Brasil, sim. Ainda não sei quando.